

# Bairros sem voz

Olivier Masclet

Tradução de Paulo Neves

Revisão técnica de Vera Telles

Sobre o divórcio entre a esquerda e os filhos de imigrados

Este artigo aborda as relações dos habitantes das periferias francesas com a política<sup>1</sup>, mais precisamente daqueles oriundos das imigrações argelinas e marroquinas. Pretende explicar as razões pelas quais o militantismo dos filhos de imigrados é pouco visto e pouco reconhecido como tal pela esquerda municipal, em particular o Partido Comunista (PC), que administra, ainda hoje, numerosas prefeituras nas periferias francesas. Este texto apóia-se nos resultados de uma pesquisa etnográfica realizada nos anos de 1990<sup>2</sup> na cidade de Gennevilliers, situada no noroeste de Paris, onde nenhum dos filhos de imigrados envolvidos em associações locais chegou a figurar, até 1995, nas listas eleitorais do PC, que governa a cidade desde os anos de 1930.

A invisibilidade política dos filhos de imigrados é um dos principais fatores do divórcio entre a esquerda e os moradores atuais dos bairros populares. Em Gennevilliers, por ocasião das eleições municipais de 2001, apenas um inscrito em dois deslocou-se para votar (nas décadas de 1970 e 1980, a abstenção era de “apenas” 25%). A constatação vale para muitas outras cidades administradas pelo PC, em particular para o departamento Seine-Saint-Denis, no norte de Paris, que foi por muito tempo um dos “bastiões vermelhos” da periferia parisiense. Como mostra uma pesquisa

1. Agradeço vivamente a Frédéric Vivier por suas observações sobre o fundo e a forma deste artigo.

2. Essa pesquisa explorou diferentes temas (bairro de Luth, clube de jovens, política pública dos HLM, famílias francesas e imigradas, eleitos e militantes comunistas etc.) e combinou vários métodos, como entrevistas longas e repetidas, análise estatística da composição dos imóveis, coleta e análise de documentos diversos (arquivos municipais, jornais, panfletos políticos etc.). Ver Masclet (2003).

3. Departamento (*département*) é a divisão administrativa do território francês; comuna (*commune*) é a menor subdivisão administrativa do território, que corresponde às nossas municipalidades (N.R.T.).

4. Como mostrou o historiador Gerard Noiriel (2001), foram os filhos de imigrantes italianos que contribuíram para o crescimento do PC na Lorena, e graças a esse partido eles puderam defender sua dignidade.

recente, nas suas duas principais comunas<sup>3</sup> (Aubervilliers e Saint-Denis), a taxa de participação eleitoral voltou ao nível do final do século XIX, isto é, antes da estruturação do movimento operário (cf. Bacqué e Sintomer, 2001). Como foi possível ao PC perder a potente força política que antes representava nas periferias operárias? Por que a esquerda, no caso o Partido Comunista, não mais consegue traduzir politicamente o descontentamento ou as revoltas dos habitantes dessas regiões? No passado, esse partido soube defender e representar as parcelas da população que se sentiam e eram efetivamente as mais excluídas do jogo político institucional, da mesma forma que chegou a integrar politicamente as gerações oriundas das levas anteriores de imigração<sup>4</sup>. Atualmente, os novos filhos de imigrantes, de origem argelina ou marroquina, parecem privados de todo recurso partidário. É como se o PC, mas também o Partido Socialista (PS), se recusasse a acreditar e a ver neles uma nova base social e eleitoral.

#### O militantismo social dos filhos de imigrantes

Uma primeira resposta a essa questão remete às transformações do mercado de trabalho, que, ao longo dos últimos vinte anos, subverteram profundamente o mundo operário e a socialização política dos filhos de imigrantes. Fechamento de indústrias, desemprego em massa, aumento da precariedade, expansão de um setor de serviços sem tradição sindical são alguns dos fatores da ruptura entre as instâncias operárias de representação e os filhos de imigrantes argelinos e marroquinos: eles estão pouco presentes nas fábricas ou são empregados como trabalhadores temporários.

A esses fatores é preciso acrescentar os efeitos do prolongamento da escolaridade na construção das identidades sociais. Entre muitos desses jovens, mesmo quando são operários, há uma recusa em se identificar com essa condição. Mais escolarizados do que seus predecessores, eles internalizaram outros modelos sociais: a passagem pelo ensino formal modifica radicalmente as aspirações. Além da escola, as formas de lazer, a televisão, os espetáculos juvenis também contribuem para a desvalorização da identidade operária aos olhos dessas gerações. Antes, essa era uma condição aceita, e as próprias organizações operárias contribuíam para valorizá-la, o que não mais acontece hoje para a maior parte dos jovens dessas regiões. Como mostra Stéphane Beaud (2002), eles tentam fugir, a qualquer preço, do emprego operário, sobretudo esforçando-se em continuar os estudos até a faculdade. Entre os filhos de imigrantes argelinos e marroquinos isso é mais evidente

ainda, uma vez que o desejo de fuga da condição operária tem a ver com a imagem degradada e bastante degradante que esses jovens têm do trabalho operário e que remete às posições subalternas ocupadas por seus pais nas fábricas<sup>5</sup>, às condições, talvez piores hoje que no passado, de um trabalho penoso e mal pago.

No seu conjunto, esses fenômenos têm uma dupla consequência. De um lado, os jovens nascidos depois da década de 1960 com frequência recusam o trabalho fabril e não se consideram “operários”, diferentemente da primeira geração de filhos de imigrantes, nascidos no país antes de 1960, que ingressaram em massa no ciclo escolar de curta duração e rapidamente se integraram no universo industrial<sup>6</sup>. Por outro lado, as organizações operárias, como a CGT (Confederação Geral do Trabalho) e o PC, parecem-lhes inteiramente alheias, e a militância dos jovens nelas é ainda menor pelo fato de pertencerem a uma geração que não acredita no comunismo, como as gerações operárias precedentes, formadas pelo movimento de classe e pela “Resistência” (contra a ocupação alemã na Segunda Guerra Mundial).

Essas transformações dos quadros sociais e mentais explicam, em parte, a distância entre os filhos de imigrantes de hoje e as organizações sindicais e políticas historicamente ancoradas nas classes populares. Mas essa constatação não permite compreender por que as cidades com governos de esquerda não souberam reconhecer os filhos de imigrantes que participam das associações de bairro, que se interessam pela política e que, mesmo não pertencendo ao PC ou à CGT, se tornaram militantes locais.

Até o final dos anos de 1990, entre os filhos de imigrantes argelinos e marroquinos era frequente sobretudo um militantismo “social”, não exatamente novo, pois se inscrevia nas formas tradicionais de militantismo próprias às cidades operárias: associações de formação de crianças e adolescentes, associações esportivas ou culturais, associações de apoio escolar etc. De fato, esse engajamento local pôde apoiar-se em uma oferta prévia de serviços e equipamentos sociais implantados nas cidades da “periferia vermelha” a partir da década de 1930 (colônias de férias, clubes de esporte, associações culturais), da mesma forma que se alimentou de disposições políticas próprias a essas cidades e adquiridas de várias maneiras: no contato com professores militantes, em exposições culturais, nas palavras de ordem políticas locais que valorizam o engajamento, no convívio e exemplo dado pelos animadores das atividades sociais. O militantismo social dos filhos dos imigrantes poderia, portanto, ser descrito como uma das heranças do comunismo municipal, o que significa dizer que, nas cidades administradas pelo PC

5. As posições mais baixas, como na indústria automobilística, na qual, nos anos de 1970, 95% da mão-de-obra estrangeira era empregada como operários não qualificados. A historiadora Laure Pitti (2002) mostra que os argelinos e os marroquinos estavam sujeitos a uma forte dominação: mais do que os franceses e os imigrantes de outras nacionalidades, eram privados de toda perspectiva de promoção e penalizados nas remunerações.

6. Essa “geração de fábrica” – demograficamente menos numerosa do que as gerações seguintes –, socializada nos conjuntos habitacionais populares, pôde se relacionar com a CGT e o PC, mas poucos de seus membros foram promovidos.

(em muitos casos também pelo PS), foram os filhos de imigrados argelinos e marroquinos que se tornaram os novos quadros, por meio de seu engajamento nas associações locais. E, de certa forma, esses jovens terminaram por renovar um militantismo social que sempre existiu nas cidades de esquerda.

Como as gerações que os precederam, esses jovens querem tomar a palavra e opor-se ao descrédito de seu grupo de origem. Esse é um traço certamente pouco conhecido na história da “integração” dos imigrados na França: em boa parte, o militantismo das classes populares está ligado ao aparecimento do que é chamado (erroneamente) de “segunda geração”. Dado o estigma sofrido, os filhos de imigrados têm um interesse pelo engajamento social e político mais intenso e mais vivo talvez do que os outros jovens de sua classe social e faixa de idade. Foi esse o caso dos filhos de poloneses e italianos que contribuíram imensamente para o crescimento dos partidos de esquerda nas regiões industriais e mineiras do norte e do leste francês, e é também o caso dos filhos de argelinos e marroquinos que se tornaram não militantes de fábrica, mas militantes de bairro: seu militantismo foi primeiro social, antes de ser sindical ou político.

O caso de Taïeb é típico. Esse jovem de 28 anos (em 1990), de origem argelina, era o presidente do clube de jovens no conjunto habitacional<sup>7</sup> de Luth, em Gennevilliers, que se tornou a principal associação local com seus trezentos adeptos, majoritariamente crianças e adolescentes. Em 1990, Taïeb atuava nessa associação havia uns quinze anos e sua trajetória escolar o diferenciava dos jovens de sua classe social e de seu grupo de origem: primeiro, obteve um BTS (diploma de técnico superior), diploma técnico relativamente seletivo; depois, foi aprovado no concurso do Capet (certificado de aptidão ao ensino técnico), que lhe deu acesso à invejável estabilidade da função pública. No momento da pesquisa, lecionava tecnologia em um colégio da periferia parisiense. Com uma idade em que poderia perseguir outros interesses (familiares, por exemplo), Taïeb dedicava-se quase exclusivamente ao clube de jovens e jogava toda a sua energia na valorização de formas de aprendizado social por meio da prática de esportes, do apoio escolar, da oferta cultural e de lazer (cinema, patinação, concertos), da organização de temporadas de férias e de encontros-debates etc. Para ele, o desafio era tanto defender a honra social de seu grupo como lutar contra as múltiplas formas de alienação dos mais desfavorecidos.

Seu engajamento no clube estava muito ligado a uma trajetória social que o dispunha a uma espécie de hipersensibilidade à dominação social. Taïeb era “professor”, mas também “filho de imigrados árabes”. Esse conflito – doloro-

7. Em francês, *citée*: designação genérica para os conjuntos habitacionais construídos nos quadros de programas de moradia social do governo francês (N.R.T.).

so e cotidiano – entre dois *habitus* tornava especialmente suscetível à situação dos jovens de seu grupo de origem, que ele percebia como terrivelmente injusta, experimentando em relação a eles bem mais do que compaixão. Para Taïeb, dedicar-se à formação desses jovens era uma “necessidade” e era preciso fazer o impossível para lhes oferecer os meios de se educar e escapar à “cultura das ruas” que, segundo suas palavras, os mantinha “de cabeça baixa”. Sob muitos aspectos, Taïeb assemelha-se aos “filhos do povo” descritos por Bernard Pudal (1989): tal como esses antigos comunistas filhos de operários e, por vezes, de imigrados, que tiveram uma escolaridade superior à de outros filhos de operários, Taïeb defendia a idéia de uma educação para todos, partilhando a mesma ética do esforço pela aculturação. Mas ele é um “filho do povo” sem partido, já que não foi “naturalmente” ao encontro do PC: a busca pela escolaridade o subtraiu à ordem industrial e a identidade operária tradicional nunca lhe pareceu um modelo desejável. Mas os representantes políticos comunistas eleitos em Gennevilliers tampouco buscaram abrir um espaço ao militante de bairro que ele era.

Essa situação é ainda mais paradoxal quando se considera que esses filhos de imigrados, engajados na militância local ao longo dos anos de 1980 e 1990, contribuem para a renovação, ao menos parcial, de alguns aspectos da cultura militante popular. Como compreender que esse potencial político tenha sido tão pouco reconhecido?

A situação de Gennevilliers permite duas explicações: a primeira remete às representações particularizadoras dos filhos de imigrados argelinos e marroquinos; a segunda, à história urbana das municipalidades de esquerda nos últimos cinquenta anos. É no cruzamento dessas duas leituras que se pode compreender a situação dos bairros populares, hoje duplamente deserdados: no plano econômico, como vem sendo enfatizado, e também no plano político, o que é mais raramente notado. De fato, a renovação das periferias industriais – que se concretizou pela construção dos grandes conjuntos habitacionais – coincidiu com a particularização crescente dos imigrados argelinos e marroquinos, quer dizer, com sua representação como uma categoria à parte, o que abalou suas condições de integração no nível local. Desde sua chegada às cidades operárias em processo de renovação, na década de 1950, as famílias de imigrados eram vistas sob a suspeita de situar-se fora das normas ou aquém das exigências requeridas para o acesso a esse tipo de habitação social. Depois, seus filhos foram tratados como estrangeiros, a despeito do engajamento associativo local. Os representantes eleitos de esquerda, como se verá no caso de Gennevilliers, não escapa-

8. A literatura sobre escola e filhos de imigrantes é considerável. Ver, em particular, Boulot e Boyzon-Fradet (1988) e Laacher (2005).

9. Rebelião urbana que eclode em 1981, a primeira de uma série que se seguiu no decorrer dessa década e dos anos posteriores. Por seu caráter aparentemente inesperado, pelo ineditismo de suas formas de manifestação, pelas suas dimensões e rapidez com que outras regiões populares foram afetadas, foi um acontecimento que surpreendeu a todos, marcou os debates da época e inaugurou o que então passou a ser chamado, na França, de “a nova questão social” (N.R.T.).

10. Designação dos descendentes de imigrantes magrebins (do Magreb, norte da África: Marrocos, Argélia e Tunísia, ex-colônias francesas) nascidos na França (N.T.).

11. Em 1983, logo após um militante *beur* ser baleado pela polícia em Minguettes, forma-se a associação SOS Avenir Minguettes (SOS Futuro Minguettes), que decide organizar uma mar-

ram a todas essas representações, o que os levou a desconfiar desses jovens e a afastá-los da política.

Representações sociais que marginalizam

Nos anos de 1960 e 1970, essas representações eram difundidas pelos trabalhadores sociais, que viram nos filhos dos argelinos uma nova população “em dificuldade”. No contexto que se segue à guerra de independência da Argélia, sua preocupação, apesar de benevolente, contribuiu para esboçar os contornos de uma nova categoria social: “jovens de origem estrangeira”, “entre-duas-culturas”, “segunda geração de imigrantes” etc. Enquanto as gerações precedentes, também elas expostas ao racismo, chegaram a se integrar sob uma relativa indiferença por parte dos poderes públicos (cf. Noiriél, 1988), os filhos de imigrantes argelinos de um momento para o outro tornaram-se visíveis socialmente. A classe social aparece como fator secundário para a interpretação das dificuldades que enfrentam, sistematicamente vinculadas a suas origens étnico-nacionais. No entanto, como vários sociólogos já mostraram, em um mesmo nível socioeconômico os filhos de imigrantes não são mais delinquentes ou não apresentam maiores problemas escolares do que os jovens franceses “de cepa”<sup>8</sup>. Porém, um conjunto de profissionais do trabalho social, entre eles os psicólogos, volta-se, de partida, para a sorte desses jovens “mal integrados”, contribuindo para caracterizá-los como uma “categoria com problemas”.

A atenção dirigida a esses jovens aumenta no início dos anos de 1980, sobretudo em razão das turbulências sociais no bairro de Minguettes<sup>9</sup>, perto de Lyon. Entre a esquerda, começa a impor-se outra leitura dos problemas sociais, que faz da “exclusão” o novo foco de análise. Se nos anos de 1950 e 1960 o operário era o arquétipo do grupo dominado, em seu lugar aparece o “jovem *beur*”<sup>10</sup>, e a questão operária, até então associada à questão social, passa para um segundo plano. Agora, trata-se de ajudar os “excluídos” a se tornarem “cidadãos”, de contribuir para que os filhos de imigrantes se transformem em “novos atores sociais”, capazes de questionar os “arcaísmos” da sociedade francesa e também da esquerda, percebida como prisioneira de uma análise das classes sociais doravante ultrapassada.

Por um período que não durará muito, os *beurs* foram considerados a nova figura heróica da esquerda, a encarnação de uma modernidade pós-industrial. As ilusões irão se desfazer, no entanto, diante do fracasso do “movimento *beur*” entre os anos de 1983 e 1984<sup>11</sup> e da incapacidade de



seus principais porta-vozes de se organizarem de forma duradoura em um contexto de crescente marginalização econômica e social: a falta de fôlego da mobilização dos filhos de imigrados em nível nacional anula, aos poucos, o interesse voltado para as associações de bairro e seus animadores, que agora representam apenas a sombra de um “movimento social” em vão aguardado. Sem estar à altura das esperanças neles depositadas, os *beurs* passam a figurar como jovens sem futuro político, uniformemente sujeitos à *galère*<sup>12</sup>. Começa então a impor-se, tanto na pesquisa acadêmica<sup>13</sup> como na mídia, a representação das periferias, em particular dos conjuntos habitacionais, em termos de anomia, o que contribui para esvaziar o interesse político pelos militantes de bairro, que parecem condenados a desaparecer sob a lógica da *galère*.

No entanto, essa visão homogeneizadora dessa juventude não se sustenta. Se o jovem desesperado não é uma ficção, tampouco representa a sua totalidade nessas regiões. As pesquisas etnográficas mostram diferenciações internas: de um lado, os jovens em situação de fracasso escolar ou destinados às fileiras desvalorizadas do sistema de ensino; de outro, os que seguem uma escolaridade mais ou menos longa. Enquanto os primeiros, ameaçados pelo desemprego e vítimas da segregação, estão expostos à delinquência, os segundos conhecem trajetórias de mobilidade ou, pelo menos, aspiram a uma vida melhor (cf. Santelli, 2001). São estes os que freqüentam as associações e se interessam pela política, como o caso de Taïeb, evocado acima. Parcialmente exato, o retrato simplificador dos jovens em *galère* é também – e sobretudo – inexato, e termina por ocultar a figura social desses militantes de bairro que lutam contra o fracasso escolar e as desigualdades sociais e culturais.

A partir da década de 1990, especialmente na seqüência das rebeliões no bairro de Mas du Taureau, em Vaulx-en-Velin, na periferia de Lyon, os discursos sobre esses jovens tornam-se mais duros. O bairro acabara de ser renovado e os incidentes ocorridos (incêndios de automóveis e lojas, choques violentos com a polícia etc.) foram interpretados como evidência do fracasso da “política da cidade”<sup>14</sup> e como um claro sinal de que um perigo crescente passava a ameaçar os bairros populares: a “violência urbana”<sup>15</sup>. Os discursos políticos fazem cada vez menos referência às desigualdades sociais, apesar de elas serem crescentes<sup>16</sup>, e tampouco à segregação social inscrita no espaço urbano. Os jovens dos conjuntos habitacionais são cada vez mais percebidos como portadores de uma “cultura perversa” que os destina quase naturalmente à violência. O termo incivilidade, difundido na França

cha pacífica, a “Marcha pela igualdade e contra o racismo”, que contou com o apoio de uma parte da Igreja católica de Lyon e da rede associativa do Partido Socialista. Partindo de Marseille, em setembro de 1983, com cerca de trinta pessoas, a marcha desfila em Paris em dezembro, com mais de 100 mil manifestantes. O movimento suscita uma considerável dinâmica política nas periferias populares e em vários lugares os militantes de famílias imigradas se organizam em “coletivos jovens” para acolher a marcha (N.R.T.).

12. Sem equivalente em português, a tradução poderia ser “estar ou viver à deriva”. A expressão *en galère* é de uso corrente entre os próprios jovens das periferias francesas e foi incorporada à linguagem política e acadêmica para designar uma situação marcada pela incerteza e precariedade, em que se misturam o desemprego prolongado entrecortado por bicos esporádicos, a pequena delinquência e expedientes variados de sobrevivência (N.R.T.).

13. A esse respeito, ver Dubet (1987).

14. Em francês, “*politique de la Ville*”. Cunhada no início da década de 1980, a expressão designa um conjunto de dispositivos de políticas sociais e programas urbanos voltado ao chamado “desenvolvimento social” das periferias ditas “problematizadas”. Em grande medida formulado em resposta à rebelião urbana em Minguettes, teve vários desdobramentos e várias redefinições ao longo dos anos seguintes, mas sempre esteve no centro dos debates e polêmicas, políticas e acadêmicas, em torno da chamada “nova questão social” ou da “nova questão urbana” (N.R.T.).

15. A esse respeito, ver Collovald (2001).

16. Desigualdades que atingem diretamente os filhos de imigrantes que acumulam a dupla desvantagem de pertencer às classes populares e às faixas de idade que cresceram em um contexto econômico particularmente desfavorável aos operários e aos empregados. A esse respeito, ver Chauvel (1997).

17. Durante esses anos, os meios de comunica-

ções, é bastante significativo do olhar agora dirigido a esses jovens, classificados como desviantes, incapazes de se curvar às normas comuns de respeito e da convivência civilizada. Quanto mais sua situação social e econômica se degrada, mais eles suscitam sentimentos de medo e são marginalizados socialmente, vistos como estrangeiros, estranhos à coletividade nacional<sup>17</sup>.

Essa evolução à direita das representações sobre os jovens de periferia teve conseqüências para a esquerda. No plano nacional, em 1997 o Partido Socialista operou uma virada securitária, e a prioridade dada então à luta contra a delinqüência, com o reforço do policiamento, mostrou seus efeitos: forneceu uma inesperada caução às palavras de ordem da direita e da Frente Nacional<sup>18</sup>, contribuindo para a derrota do candidato socialista no primeiro turno da eleição presidencial de 2002. No plano local, os efeitos tampouco foram pequenos. Em Gennevilliers, por exemplo, os representantes eleitos mudaram sua percepção quanto aos jovens do bairro de Luth. No início dos anos de 1980, eles eram considerados jovens a serem ajudados e havia interesse pelos militantes locais. O prefeito na época, Lucien Lanternier, do Partido Comunista, recusava sistematicamente a solução policial: “Não esqueçamos nunca que os policiais são os inimigos dos sindicalistas”, escrevia no boletim municipal. A partir das eleições de 1989 e das mudanças internas na equipe municipal comunista, os discursos e as práticas transformam-se radicalmente: é criada uma polícia municipal e o comissariado instala um posto no bairro de Luth. O clube de jovens passa cada vez mais a ser visto como um viveiro de delinqüentes potenciais e os novos eleitos, que não conheciam ou conheciam mal seus freqüentadores, temem que sirva de base para traficantes e favoreça as “más companhias”. Por ocasião da reabilitação do bairro, a associação ficou sob o controle de educadores, ou seja, profissionais exteriores. Os representantes eleitos de Gennevilliers não escaparam às novas interpretações da delinqüência que operavam esse amálgama entre “jovens de periferia” e “insegurança”.

E era certamente difícil escapar delas na medida em que os discursos securitários são contemporâneos da primeira guerra do Golfo (1990-1991). Ainda não foi suficientemente avaliado quanto o tratamento midiático desse conflito contribuiu para apresentar esses jovens como perigosos potenciais para a nação, mas entre uma parcela considerável da juventude reforçou-se o sentimento de serem os “mal amados” da sociedade francesa<sup>19</sup>. Por outro lado, as reportagens televisivas alimentaram o medo em relação a essas moradias-guetos apresentadas como lugares passíveis de dar origem



aos “loucos de Deus”, à imagem de Khaled Kelkal, principal suspeito no inquérito sobre a onda de atentados do verão de 1995 na França, morto pela polícia em setembro. O fundamentalismo muçulmano foi transformado no novo perigo real ou potencial para o país, e os filhos de imigrados argelinos e marroquinos passaram igualmente a ser considerados uma ameaça. Como se nota, essas novas representações, esse novo olhar sobre os jovens de famílias imigradas, são carregadas de conseqüências.

Além da multiplicação disseminada do controle policial nos conjuntos habitacionais em Gennevilliers, os representantes políticos passaram a considerar o clube de jovens uma associação passível de ser dominada pelos islâmicos, apesar de os “promotores do islamismo” serem raros em Luth, pouco organizados e pouco fundamentalistas, como o próprio presidente do clube, Taïeb, um leigo convicto. O fato de a associação agregar apenas rapazes filhos de imigrados passou a ser motivo de inquietação para os representantes políticos, que gostariam que as moças também frequentassem clubes e associações de bairro, já que sua presença é percebida como garantia de um quadro igualitário, leigo e democrático: a *mistura*<sup>20</sup> dos sexos seria uma solução para potenciais escapes integristas e para o sexismo atribuído aos filhos de imigrados magrebinos.

No entanto, essa exigência encontra vários obstáculos: a reticência das moças em se misturar com os rapazes do bairro, as dificuldades deles em ver as meninas como suas iguais, além dos temores das famílias. Na falta de apoio simbólico e material à associação, a injunção de mistura dos sexos mais parece um dispositivo de estigmatização do que um real esforço de educação popular. Os responsáveis pelo clube de Luth sempre haviam buscado aumentar o número de moças adeptas, mas o faziam com os meios que possuíam, bastante limitados. Instalado em um local de apenas 50 m<sup>2</sup> em um canto do conjunto habitacional, o clube vivia das poucas subvenções do Ministério da Cidade. Na época da reabilitação do bairro, a prefeitura preferiu inaugurar novas estruturas para os jovens e marginalizou o clube, considerado símbolo da supremacia masculina, da segregação étnica e sexual, do risco de fundamentalismo muçulmano, como um arcaísmo cultural dos “rapazes árabes” (cf. Guénif-Souilamas e Macé, 2004). Com o tempo, os voluntários deixaram de participar e o clube acabou por fechar suas portas em 1996, mas as novas estruturas voltadas aos jovens (associações de lazer e de apoio escolar) não conseguiram se firmar, na falta de um enraizamento real no bairro, e o resultado foi um reforço da “cultura de rua”.

ção não cessam de questionar a realidade da integração nacional dos jovens de periferia. Ver Collovald (2001).

18. Partido de extrema-direita fundado por Jean-Marie Le Pen em 1972 e que passa a ganhar força política e eleitoral no decorrer dos anos de 1980 (N.R.T.).

19. Sentimento particularmente perceptível na correspondência entre Younès Amrani e Stéphane Beaud. Ver Amrani e Beaud (2005).

20. Em francês, *mixité*. A expressão “*mixité* social” tornou-se moeda corrente nos discursos políticos, como expediente destinado a combater os supostos desvios de concentração de “árabes”, sobretudo jovens, no espaço social.

O desaparecimento do clube de jovens no conjunto habitacional de Luth significou mais do que a redução de uma oferta de lazer e a perda de um dos poucos lugares em que esses jovens conseguiam estar ao abrigo dos olhares desconfiados ou inquietos da vizinhança e da família, em um universo marcado pela miséria. Significou também a perda de um “lugar público” de aprendizagem dos contatos sociais: embora menos numerosas que os rapazes, as moças estavam presentes, e algumas eram animadoras. No clube, os rapazes não podiam se comportar entre si e com as moças como fariam na rua: além da proximidade familiar dos freqüentadores, o ambiente e a vigilância dos responsáveis impediam a expressão da “masculinidade agressiva”<sup>21</sup>. Lugar de um convívio regrado, a associação de bairro concorria com as normas e os valores da “cultura de rua”, cada vez mais marcada pelo recrudescimento do machismo tradicional, sob o duplo efeito do racismo e da marginalização socioeconômica, que inferiorizam social e sexualmente esses jovens privados de futuro.

21. Expressão de Dunning, Murphy e Williams (1996) ao classificar os comportamentos violentos dos *hooligans* ingleses, pertencentes às parcelas inferiores da classe operária.

22. A “periferia vermelha” é historicamente o conjunto de municipalidades próximas a Paris, conquistadas pelo PC a partir da década de 1920. Como escreve Annie Fourcaut (1992), longe de ser um mito político, foi inicialmente uma “realidade histórica temporária e original”, o espaço de uma contra-sociedade que valorizava o convívio popular e militante. Foi também o território de numerosas inovações em matéria de saúde e de atendimento a populações operárias, antes do desenvolvimento do Estado-providência.

No seu conjunto, essas representações sobre os jovens de periferia constituem, certamente, um poderoso motor das condutas agressivas dos mais desfavorecidos. O peso dessas representações explica também o desgaste dos militantes, rapazes e moças, que, embora capazes de encarnar, para essa juventude, um modelo de mobilização e de promoção coletiva pela ação política, tropeçam em seu não-reconhecimento.

As conseqüências políticas da pauperização dos grandes conjuntos

A segunda explicação para esse encontro não realizado entre os militantes de bairro e os representantes políticos de esquerda remete à história da moradia social e às evoluções eleitorais nas municipalidades comunistas. Seria de esperar que, no plano local, os representantes eleitos, que têm sob seus olhos todos os jovens filhos de imigrados argelinos e marroquinos, fossem capazes de resistir às sucessivas representações que os desqualificam. Mas não foi isso que aconteceu. O fio da história dos grandes conjuntos habitacionais oferece algumas respostas à questão. Dessa história, serão analisados apenas alguns momentos-chave, que permitem explicar as razões estruturais pelas quais, a partir dos anos de 1950, como aconteceu em Gennevilliers, os representantes eleitos de esquerda foram levados a vislumbrar nessa nova população imigrada uma ameaça social e política.

Gennevilliers é uma típica municipalidade comunista, entre outras tantas que compõem a “periferia vermelha”<sup>22</sup> e que se empenharam na valoriza-

ção social e urbana dessas regiões operárias. É uma história que começa nos anos de 1920 e 1930: passando a encabeçar municipalidades recentemente industrializadas, os dirigentes políticos de esquerda logo trataram de oferecer novos serviços aos operários e a suas famílias: dispensários, colônias de férias, bibliotecas etc. Era uma forma de ação política destinada a construir um eleitorado: o comunismo municipal talvez tenha sido, antes de mais nada, a demonstração em atos de que os eleitos do Partido Comunista, muito frequentemente eles próprios operários, seriam bons dirigentes, melhores do que os notáveis, mostrando com isso que o comunismo poderia ser desejável.

A partir da década de 1950, os prefeitos de esquerda levaram adiante essa política com a construção de grandes conjuntos habitacionais: é a segunda etapa do comunismo municipal. Em Gennevilliers, oito em cada dez conjuntos habitacionais são moradias sociais. De fato, algumas prefeituras de esquerda apostaram nesse tipo de moradia: a necessidade de responder à “crise da habitação” explica o voluntarismo político desses dirigentes, em particular dos comunistas. Mas trata-se também, para a esquerda, de consolidar sua implantação política no meio popular. Os operários qualificados e os empregados, que formam a base social e eleitoral do PC, foram de fato, em Gennevilliers, os primeiros beneficiários dos novos alojamentos HLM<sup>23</sup>.

Na verdade, se essa política contribuiu para dar resposta ao problema de moradia de milhares de franceses, terminou também por afetar severamente a visão dos dirigentes políticos de esquerda sobre os imigrados. A renovação das cidades operárias foi realizada justamente no momento em que os novos imigrados chegam e se integram em massa nas fábricas situadas nas periferias. Isso irá provocar, nas prefeituras de esquerda, o temor da degradação dos novos bairros e, de maneira geral, das cidades que eles buscavam justamente valorizar com melhorias sociais e urbanas. Os responsáveis municipais, tanto em Gennevilliers como em outras cidades, passam a impedir o agrupamento dos novos imigrados nas “suas” municipalidades e limitam, de maneira draconiana, o acesso aos novos conjuntos HLM. Com a inauguração dos primeiros conjuntos, no início da década de 1960, a municipalidade de Gennevilliers institui cotas para os imigrados, mantidas até hoje e aplicadas aos seus filhos. A coincidência entre a imigração e a renovação urbana das cidades operárias explica o tratamento particular dado aos imigrados pelos políticos eleitos de esquerda, e o olhar que não tarda a classificá-los de “população problemática”.

O fato é que a política habitacional levou os dirigentes municipais comunistas a não mais considerar os imigrados como membros da classe ope-

23. *Habitations à Loyer Modéré* (literalmente, habitações de aluguel moderado).

rária, mas como um “estorvo”, pessoas suscetíveis de comprometer a legitimidade política adquirida pela classe operária à qual se consagravam. A estratégia de elevar o valor social e simbólico da municipalidade, de opor ao estigma de periferia proletária uma representação mais digna da condição operária, supõe a construção de uma boa imagem do grupo. Em sua grande maioria, os imigrados são operários não-qualificados e pertencem, portanto, às parcelas menos valorizadas de seu grupo. Em razão de suas condições de trabalho e de existência, mas também de seu estatuto de imigrados e da má reputação herdada da colonização, estão muito longe do modelo de respeitabilidade operária defendido pelos representantes de esquerda. Assim, nesses vinte anos, entre 1950 e 1970, os prefeitos de Gennevilliers não cessaram de lutar contra as lógicas de agrupamento territorial dos imigrados, contribuindo para que fossem relegados às favelas e às “moradias provisórias”<sup>24</sup>.

24. Em francês, *cités de transit*. Também chamadas *cités d'urgence*, são conjuntos habitacionais construídos para o alojamento provisório das levas de imigrados recém-chegadas ou para a transferência das populações instaladas precariamente em favelas, que também cresceram nesse período de “crise de moradia” (N.R.T.).

Mas foi sobretudo a partir dos anos de 1980 que essa clivagem produziu todos os seus efeitos: no decorrer dessa década, os grandes conjuntos habitacionais deixaram de encarnar o êxito operário e se transformaram em moradia para pobres e imigrados. Em um primeiro momento, esse processo de desvalorização resultou de políticas sociais do Estado, que lançaram mão das reservas de moradia social nos novos bairros para transferir as famílias imigradas que então residiam em favelas. As prefeituras comunistas, que investiram na moradia social, foram particularmente afetadas por essa nova responsabilidade pública que lhes foi atribuída, de resolver o problema de moradia dos imigrados. No espaço de alguns anos, o número dessas famílias *nos conjuntos habitacionais* aumentou sensivelmente, provocando em muitos lugares a mudança da população francesa pertencente às camadas médias ou que dispunham de uma renda um pouco maior.

Em um segundo momento, no final dos anos de 1970, o processo de desvalorização foi conseqüência das políticas liberais de moradia sob o governo Valéry Giscard d'Estaing, especialmente a chamada Lei Barre, de 1977. Tratava-se de uma política que favorecia o crédito para o acesso à casa própria, incentivando a mobilidade residencial das categorias mais qualificadas das classes populares e das profissões intermediárias. Isso acelerou ainda mais a fuga dos grandes conjuntos habitacionais, aos quais as famílias imigradas passaram justamente a ter um acesso facilitado. O exemplo do conjunto habitacional de Luth, em Gennevilliers, administrado igualmente pela municipalidade e por agentes sociais privados, é revelador. Apesar de a municipalidade ter buscado frear o ingresso das famílias imigradas nos

conjuntos habitacionais, elas terminaram se tornando, a partir da década de 1980, a clientela de substituição de outros conjuntos administrados por gestores privados, constrangidos a garantir a rentabilidade dos imóveis e a alugar os apartamentos deixados vagos pelas famílias com acesso à casa própria. A assim chamada “guetificação dos bairros” decorre desse segundo processo: os organismos gestores preferem “sacrificar” os setores menos atrativos de seu parque habitacional, neles concentrando as famílias com menos chance de se alojar em outro lugar. Com isso, a partir dessa década, a composição social do bairro de Luth modifica-se nitidamente: enquanto as famílias estrangeiras representam, tanto neste como em outros bairros, entre 10% e 20% dos moradores dos conjuntos administrados pela municipalidade, essas proporções elevam-se para 40% a 60% nos imóveis administrados por gestores privados. Esses mecanismos explicam a evolução geral da composição social do bairro, assim como a degradação dos “prédios de imigrados”. Alojando atualmente uma clientela cativa e muitas vezes sem recursos para defender seus direitos como locatários, esses gestores não hesitam em sacrificar a manutenção e os pequenos reparos.

Esses mecanismos de desclassificação social dos grandes conjuntos habitacionais, generalizado pelos bairros, trouxeram conseqüências que acentuam ainda mais o endurecimento das prefeituras em relação à nova população. Primeiro, contribuíram para fazer dos imigrados e de seus filhos os supostos responsáveis pela desvalorização dos conjuntos populares. Sua simples presença parecia simbolizar o fracasso da política de promoção da moradia conduzida pelas municipalidades de esquerda entre os anos de 1950 e 1970. E os imigrados passaram a ser, por vezes, diretamente acusados de “deteriorar” os espaços, desvalorizando um patrimônio imobiliário considerado também um patrimônio político pelas municipalidades.

Segundo, a transformação da composição social dos grandes conjuntos acontece em um contexto de desemprego crescente, que afeta principalmente os operários e seus filhos pouco ou nada escolarizados. Sem trabalho e também mais numerosos entre a juventude, os filhos de imigrados tomam conta das ruas dos bairros populares, tornam-se muito visíveis socialmente e terminam por polarizar uma atenção cada vez mais inquieta. Entre eles, os mais desfavorecidos se envolvem no tráfico de drogas, aumentando ainda mais o medo e a rejeição.

Nesse contexto de desestabilização das relações sociais nos bairros, alguns prefeitos comunistas mobilizam-se contra as famílias suspeitas de participar do tráfico de droga. É o caso do prefeito de Montigny-les-Corneilles, Robert

Hue, posteriormente primeiro-secretário do Partido Comunista (1994-2002), que organiza em fevereiro de 1981 manifestações contra uma família marroquina denunciada como traficante. Em Gennevilliers, os representantes políticos recusam entregar-se a esse tipo de prática e, ao contrário, pronunciam-se publicamente em favor do reconhecimento das populações imigradas já instaladas nos conjuntos habitacionais. A equipe municipal eleita em 1977 mantém a mobilização contra a formação de “guetos” que, de seu ponto de vista, resultaria da concentração de imigrados nessas moradias, mas recusa abertamente os escapes xenófobos de outros prefeitos comunistas e entende contribuir assim para a “integração” dessas famílias. Defende, portanto, uma posição não desprovida de ambigüidades, na medida em que condiciona a “integração” a um necessário controle da distribuição das moradias e à gestão parcimoniosa da composição social dos conjuntos habitacionais. Manifestando, assim, a mesma preocupação dos prefeitos anteriores (que construíram os grandes conjuntos), de elevar o nível da composição social da municipalidade, procura, no entanto, não limitar o debate apenas à questão das “origens”.

Até o final da década de 1980, havia a preocupação de encontrar “soluções” para os problemas dos jovens. Na maioria das vezes, as mulheres e os trabalhadores sociais se posicionaram ao lado dos filhos de imigrados, incentivando um tipo de associativismo que valorizava outras identidades e outros engajamentos que não os da classe operária tal como defendido em sua forma clássica pelo PC. Por outro lado, os representantes e militantes políticos, reconhecidos como aliados pelos militantes de bairro, mantinham certa distância em relação à orientação que, após a ruptura da União de esquerda (julho de 1984), passou a vigorar no comitê central do PC, de concentrar as atenções políticas apenas nos mais penalizados (ou seja, os operários franceses em situação de desemprego) como forma de reconquistar eleitores fragilizados<sup>25</sup>. Julgando essa estratégia sem futuro ou mesmo contrária ao abandono da idéia de “ditadura do proletariado” decidida em 1976 pelo comitê central, os militantes buscaram construir novas alianças com os grupos sociais mais numerosos na periferia, como os empregados de profissões intermediárias, ou responder à nova realidade que então se configurava com a entrada em massa, desde os anos de 1960, das mulheres no mercado de trabalho assalariado e com a instalação de famílias imigradas em um contexto de crise social e desemprego. Para isso, eles facilitaram a formação de associações locais e a criação de uma rádio local, logo assumida pelos jovens dos conjuntos habitacionais.

25. Sobre as conseqüências dessa estratégia no plano do militância comunista local, ver Schwartz (1991).



Os representantes políticos eleitos e os militantes, que se opõem à reviravolta proletária do PC (e às derivas xenófobas de alguns de seus responsáveis), são, no entanto, cada vez mais combatidos no interior do partido local e das instâncias nacionais, a ponto de, após lutas políticas internas, perderem seus postos. A nova maioria municipal, eleita em 1989, substituiu a maior parte dos membros da antiga equipe, acusados mais ou menos abertamente de abandonar “a” classe operária e de demonstrar “angelismo” diante dos jovens dos bairros. Composta por homens, mais do que mulheres, vinculados às instâncias nacionais do partido, a nova equipe municipal define outras prioridades: luta contra a “insegurança”, demolição das construções que concentravam os imigrantes e promoção da “*mistura social*” nos bairros, com o objetivo de aumentar a presença de famílias francesas e “brancas”. Tratava-se de “reconquistar os bairros em vias de guetificação”, como por exemplo Luth, modificando sua composição social e étnico-nacional, e, em termos gerais, trabalhar para desfazer a imagem de um local de “pobres e imigrantes”.

A estratégia da nova equipe municipal inscreve-se na direção seguida pelos dirigentes precedentes. No entanto, a partir dos anos de 1990 essa orientação ganha uma tonalidade mais agressiva, agora contra as populações imigrantes há tempos instaladas na cidade, consideradas muito numerosas e sobretudo visíveis socialmente. Os novos dirigentes deploram a ausência de jovens franceses nos equipamentos sociais e se opõem ao que percebem como uma forma de monopolização do espaço público pelos jovens de origem magrebina. É uma visão que já acusa a difusão dos discursos securitários que então começam a impor-se, bem como a desconfiança em relação aos jovens dos conjuntos que passa a generalizar-se.

Mas o fosso que se abriu entre a municipalidade e seu eleitorado tradicional também foi responsável por essa visão. De fato, a segunda consequência da desvalorização dos grandes conjuntos habitacionais, em um contexto de crise do modelo de crescimento fordista e de aumento das tensões nesses bairros, foi a vitória da direita, a partir de 1983, em muitas municipalidades comunistas<sup>26</sup>. As que se mantiveram à esquerda viram suas bases eleitorais profundamente abaladas. É o caso de Gennevilliers, onde a lista eleitoral apresentada pela esquerda perdeu 16 pontos em relação às eleições de 1977 (62% contra 78%). Com 31% dos votos válidos, o crescimento da direita na representação local é ainda mais significativo quando se considera que, em 1977, ela não estava representada por nenhum candidato.

Com essa mudança, tem início um processo de esboroamento regular da participação do PC nas eleições municipais: 62% em 1983, 59% em 1989,

26. As prefeituras conquistadas pela direita em 1983 são, com frequência, as que o PC havia ganhado nos anos de 1960 e 1970, graças ao reforço dos novos moradores dos grandes conjuntos. Para uma análise desses fenômenos na região parisiense, ver Guglielmo e Moulin (1986) e Masclet (2005).

27. Por ocasião das eleições municipais de 2001, a lista eleitoral de esquerda totaliza 66% dos votos válidos, ou seja, dez pontos a mais do que em 1995. É um resultado importante, que poderia significar uma retomada do voto à esquerda, mas uma análise mais atenta recomenda a prudência. Na verdade, a interrupção do processo de erosão da esquerda (e sua progressão aparente em dados relativos) se deve em grande parte às alianças eleitorais feitas com os Verdes.

28. De fato, sem considerar a eleição presidencial de 1988, em que a Frente Nacional ultrapassa a direita em quatro pontos (20% contra 16%), é por ocasião dos escrutínios municipais que ela obtém as porcentagens mais altas.

29. Nossas análises coincidem com as de Rey e Platone (1986).

55% em 1995<sup>27</sup>. Porém, muito rapidamente os partidos de direita deixam de se beneficiar dessa “onda direitista”. A Frente Nacional (FN), que passa a ganhar força política no início dos anos de 1980, parece capturá-la e, no espaço de quinze anos, ela se impõe como o principal partido de oposição à prefeitura comunista<sup>28</sup>, totalizando cerca de 20% dos votos.

Deslocamento das camadas sociais partidárias da esquerda, desmoralização dos eleitores cativos da periferia, ameaçados pela precariedade econômica, instalação de novas famílias sem tradição política e que desejam, o mais rápido possível, sair dos conjuntos habitacionais: essas são algumas das razões para o aumento da abstenção eleitoral e para o nítido declínio do poder local do PC. No entanto, a análise dos resultados por seções eleitorais e das trajetórias de voto dos eleitores não sustenta a hipótese de que o crescimento da FN teria sido consequência de uma reorientação em massa dos eleitores comunistas para a extrema direita. Trata-se, na maioria das vezes, de antigos eleitores ou abstencionistas de direita que, afetados pela degradação de sua situação residencial ou profissional, encontram na FN a possibilidade de exprimir seu protesto e defender sua identidade nacional<sup>29</sup>. Porém, a insistência de politicólogos midiáticos em vincular o voto na FN à delinqüência e à imigração, sustentando a idéia de uma passagem dos eleitores de esquerda para a extrema direita (o “*gauche*-lepenismo”), certamente contribui para alimentar a desconfiança em relação aos filhos de imigrantes.

Assim, a terceira consequência da decadência social dos grandes conjuntos está intimamente ligada às duas precedentes: no decorrer da década de 1990, os jovens dispostos a se engajar na política local são “abandonados” pelas autoridades municipais, como no exemplo do clube de jovens de Luth, em que os representantes políticos passaram a avaliar negativamente esse tipo de associação local. A suspeita, quando não o desprezo, com que esses jovens são encarados é carregada de consequências. Não se busca uma aproximação aos militantes de bairro e sua inclusão no trabalho de reabilitação local. Na medida em que o objetivo então visado voltou-se prioritariamente à população “francesa” desses conjuntos e multiplicaram-se os sinais de que a meta era ajudá-la a se reapropriar de seus espaços de vida, não surpreendeu que os jovens filhos de imigrantes e seus porta-vozes aparecessem cada vez mais como “inoportunos”. Somente nas eleições municipais de 1995 dois franceses oriundos da imigração magrebina terão acesso ao conselho municipal, mas, por não serem militantes de bairro, não disporão, por isso, de crédito e autoridade juntos aos jovens. Antes de tudo, eles parecem ter sido escolhidos com a finalidade de aplacar a desconfiança que a população

de origem magrebina manifestava cada vez mais abertamente em relação à municipalidade.

Um triplo custo sociopolítico

A década de 1990 manifesta-se como a era do gelo das relações entre a esquerda e a nova população das periferias. Em Gennevilliers, como em muitos outros lugares, os filhos de imigrados, que, por toda a sua história social, eram levados a se reconhecer em uma esquerda preocupada em lutar contra as desigualdades, ganharam apenas migalhas de reconhecimento. Esse fenômeno tem um triplo custo sociopolítico.

Primeiro, o desencorajamento dos militantes locais: toda uma geração retira-se da vida associativa. Para que se prolongue no tempo, o militantismo supõe alguma forma de gratificação material ou simbólica. No entanto, muito poucos desses militantes de bairro conseguiram ser ouvidos pelos partidos de esquerda: foram sistematicamente relegados às posições subalternas, não elegíveis, ou então reduzidos a desempenhar o papel de “bombeiros” nos bairros. Fixados nos postos mais desvalorizados do trabalho social ou simplesmente deixados de lado, poucos conseguiram seguir uma carreira política com o objetivo de tentar defender e representar essas camadas mais precarizadas da população.

Segundo, o afastamento de muitos desses militantes da esquerda, com a conseqüente busca de outras formas de reconhecimento social e político. Foi o que aconteceu em Gennevilliers, onde alguns responsáveis por clubes de jovens aos poucos foram levados a aproximar-se dos partidos de direita. Com essa mudança, esses jovens certamente exprimiam certo fascínio pelo sucesso econômico, mas também a recusa do miserabilismo. A passagem para a direita traduz tanto sua decepção com a esquerda como sua recusa de ser sempre considerados uma população “à parte” e “problemática”.

Enfim, podemos nos perguntar também quanto do sucesso da oferta religiosa muçulmana se deve aos vinte anos de rigidez da esquerda em relação aos filhos de imigrados. Lançados de volta à sua suposta condição de estrangeiros, eles passaram a ser caracterizados como não integrados, diferentes, depositários de uma cultura distante da ocidental. Privados dos recursos políticos para defender sua dignidade, alguns deles fazem do estigma um emblema para construir uma identidade política autônoma.

Referências Bibliográficas

- AMRANI, Younès & BEAUD, Stéphane. (2005), *Pays de malheur*. Paris, La Découverte.
- BACQUE, Marie-Hélène & SINTOMER, Yves. (2001), "Affiliations et désaffiliations en banlieue: réflexions à partir des exemples de Saint-Denis et d'Aubervilliers". *Revue française de sociologie*, Paris, 42 (2): 217-249.
- BEAUD, Stéphane. (2002), *80 % au bac... et après? Les enfants de la démocratisation scolaire*. Paris, La Découverte.
- BOULOT, Serge & BOYZON-FRADET, Dominique. (1988), *Les immigrés et l'école – une course d'obstacle: une lecture de chiffres (1973-1987)*. Paris, L'Harmattan.
- CHAUVEL, Louis. (1997), *Le destin des générations*. Paris, PUF.
- COLLOVALD, Annie. (2001), "Des désordres sociaux à la violence urbaine". *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, 136-137: 104-113, mar.
- DUBET, François. (1987), *La galère: jeunes en survie*. Paris, Fayard.
- DUNNING, Eric *et al.* (1996), "La violence des spectateurs lors des matchs de football: vers une explication sociologique". In: ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. *Sport et civilisation: la violence maîtrisée*. Paris, Fayard.
- FOURCAUT, Annie. (1992), *Banlieu rouge 1920-1960*. Paris, Autrement.
- GUÉNIF-SOUILAMAS, Nacira & MACÉ, Eric. (2004), *Les féministes et le garçon arabe*. Paris, Editions de l'Aube.
- GUGLIELMO, Raymond & MOULIN, Brigitte. (1986), "Les grands ensembles et la politique". *Hérodote*, Paris, 43: 32-54.
- LAACHER, Smäin. (2005), *L'institution scolaire et ses miracles*. Paris, La Dispute.
- MASCLET, Olivier. (2003), *La gauche et les cités, enquête sur un rendez-vous manqué*. Paris, La Dispute.
- \_\_\_\_\_. (2005), "Du 'bastion' au 'ghetto': le communisme municipal en butte à l'immigration". *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, 12: 10-25, set.
- NOIRIEL, Gerard. (1988), *Le creuset français: histoire de l'immigration XIX<sup>e</sup>-XX<sup>e</sup> siècles*. Paris, Le Seuil.
- \_\_\_\_\_. (2001), *État, nation et immigration: vers une histoire du pouvoir*. Paris, Belin.
- PITTI, Laure. (2002), *Ouvriers algériens à Renault-Billancourt, de la guerre d'Algérie aux grèves d'OS des années 1970: contribution à l'histoire sociale et politique des ouvriers étrangers en France*. Tese de doutorado em História. Université Paris 8.
- PUDAL, Bernard. (1989), *Prendre parti: pour une sociologie historique du PCF*. Paris, Presses de la FNSP.
- REY, Henri & PLATONE, François. (1986), "Le FN en terre communiste". In: MEYER, Nona & PERRINEAU, Pascal. *Le front national à découvert*. Paris, Presses de la FNSP.
- SANTELLI, Emmanuelle. (2001), *La mobilité sociale dans l'immigration: itinéraires de réussite*

*des enfants d'origine algérienne*. Toulouse, Presses Universitaires du Mirail.

SCHWARTZ, Olivier. (1991), "Sur le rapport des ouvriers du Nord à la politique: matériaux lacunaires". *Politix*, 13: 79-86, Paris .

Resumo

*Bairros sem voz*

Este artigo aborda as relações dos habitantes das periferias francesas com a política, mais precisamente daquela população originada das imigrações argelinas e marroquinas. Pretende explicar as razões pelas quais a militância dos filhos de imigrados é pouco considerada e reconhecida como tal pela esquerda municipal, em particular o Partido Comunista (PC), que administra ainda hoje numerosas prefeituras nas periferias francesas. Com base em uma pesquisa etnográfica desenvolvida nos anos de 1990 e na análise da situação da cidade de Gennevilliers, onde a pesquisa foi realizada, o autor desenvolve duas ordens de razões para explicar o divórcio entre a esquerda e os moradores das periferias. De um lado, as representações particularizantes dos filhos dos imigrados argelinos e marroquinos, que os fazem parecer uma categoria à parte, como "jovens de origem estrangeira", "segunda geração de imigrados", "populações problemáticas". De outro, a história urbana das municipalidades de esquerda nos últimos cinquenta anos, em particular as circunstâncias que presidiram as evoluções da moradia social, na forma da construção de grandes conjuntos habitacionais nas periferias industriais. É no cruzamento dessas duas leituras que se pode compreender a situação dos bairros populares, hoje duplamente deserdados: no plano econômico, como é correntemente enfatizado, e também no plano político, mais raramente notado.

Palavras-chave: Periferias francesas; Militância social; Esquerda municipal comunista; Jovens de famílias migradas; Discriminação social; História urbana e moradia social.

Abstract

*The voiceless suburb*

This article examines the relations between residents of the French suburbs and the police – or more precisely, the population formed by generations of Algerian and Moroccan immigrants. It attempts to explain why the militancy of the children of immigrants is infrequently considered and recognized as such by municipal left-wing groups, in particular the Communist Party (PC), which runs numerous local councils in the French suburbs even today. Based on long-term ethnographic research conducted in the 1990s and an analysis of the situation of Gennevilliers, the town where the research was carried out, the author develops two lines of reasoning to explain the divorce between the political left and the residents of the suburbs. Firstly, the stereotypical image of the children of immigrant Algerians and Moroccans, which makes them appear a category apart, "foreign youths", "second generation immi-

grants”, “problematic populations”. And secondly, the urban history of left-wing municipalities over the last fifty years, in particular the circumstances behind the evolution of large housing estates in the industrial outskirts. Combining these two readings allows us to an insight into the situation of the working class districts, today doubly disinherited: at an economic level, as is frequently emphasized, and at a political level, a factor more rarely noted. Keywords: French Suburbs; Social Militancy; Communist Municipal Left; Youths from Immigrant Families; Social Discrimination; Urban History and Social Housing.

Texto recebido e aprovado em 27/2/2006.

Olivier Masclat é professor da Universidade Paris V e pesquisador do Cerlis-CNRS. E-mail: o.masclat@club-internet.fr.